

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

PROJETO DE LEI Nº 3.477, DE 2001

Especifica que os programas de incentivo ao turismo financiados, no todo ou em parte, por instituições financeiras oficiais deverão considerar normas e padrões de qualidade e de responsabilidade ambiental comprovados e reconhecidos.

Autor: Deputado Ronaldo Vasconcellos

Relator: Deputado José Borba

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.477, de 2000, de autoria do nobre Deputado Ronaldo Vasconcellos, especifica que os programas de incentivo ao turismo financiados por instituições financeiras oficiais deverão levar em consideração normas e padrões de qualidade e de responsabilidade ambiental comprovados e reconhecidos.

De acordo com a proposição, o cumprimento do licenciamento ambiental e das normas, critérios e padrões preconizados pela legislação ambiental passa a ser condição para que as instituições financeiras oficiais aprovem projetos de investimentos em programas de incentivo ao turismo.

As instituições financeiras deverão basear a apreciação de projetos de investimentos no setor em sistemas internos de classificação prévia que diferenciem prazos e taxas de juros com base nos custos decorrentes dos passivos e riscos ambientais dos projetos, além de priorizar projetos que utilizem técnicas e procedimentos ambientalmente sustentáveis.

Da mesma forma, a realização de operações de crédito, a concessão de incentivos fiscais e financeiros e a celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos para o financiamento de investimentos no setor turístico ficam condicionadas ao cumprimento da legislação ambiental, quando envolverem desembolso de recursos públicos.

O projeto prevê ainda a perda ou restrição de benefícios fiscais e a perda ou suspensão de linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito aos executores de projetos turísticos beneficiários de recursos públicos que descumpram a legislação ambiental.

De acordo com despacho da Mesa da Câmara dos Deputados, a proposição deverá ser apreciada pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela Comissão de Finanças e Tributação e, por fim, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Dentro do prazo regimental, nesta Comissão, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Há, atualmente, no Brasil, consenso sobre a importância do setor turístico para o desenvolvimento econômico e social do País. Porém, nem sempre foi assim. Por muitos anos, não foi dado ao setor tratamento apropriado, fazendo com que a atividade crescesse sem uma estrutura profissional adequada, capaz de atrair investimentos vultosos, além de gerar emprego e renda de forma mais expressiva.

Recentemente, ocorreu uma notável mudança de consciência, por parte dos agentes públicos e privados atuantes no segmento, sobre as possibilidades de crescimento do turismo. Pela ampla e diversificada variedade de atividades econômicas que envolve, o setor é reconhecidamente capaz de difundir notáveis reflexos diretos e indiretos na economia. E, no nosso País, tem a salutar capacidade de, além de gerar renda, promover a integração

no mercado de trabalho de um contingente populacional com pouca qualificação profissional.

O turismo pode ser igualmente fundamental na indução do desenvolvimento sustentável de áreas ambientalmente importantes. É inegável que o desenvolvimento do setor deve dar-se de forma a não causar danos ao nosso patrimônio ambiental. A proteção ao meio ambiente brasileiro é um dos alicerces para um crescimento saudável do setor turístico do maior país tropical do mundo, cujas potencialidades naturais apenas começam a ser exploradas.

Nesse sentido, o que a proposição sob análise nos apresenta é bastante interessante, pois garante o comprometimento dos programas de incentivo ao setor com o cumprimento da nossa legislação ambiental. Caso aprovada, passa a ser obrigatória a observância das normas e padrões de qualidade e de responsabilidade ambiental por parte dos programas que se dispõem a promover o turismo no Brasil. A proposição exige que esses parâmetros sejam observados pelas instituições financeiras oficiais quando da apreciação de projetos de investimentos no setor.

Lembramos, ainda, que a participação do turismo no setor de serviços da economia nacional vem se tornando cada vez mais importante, tornando absolutamente imprescindível que seu crescimento se dê de forma que a preservação do meio ambiente seja garantida.

Não tememos afirmar que o desenvolvimento do turismo, de forma ambientalmente respeitosa, serve inclusive de instrumento para a inserção competitiva do Brasil no cenário mundial, vez que contribui para a veiculação de uma imagem externa positiva.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.477, de 2000, no que diz respeito ao mérito desta Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado José Borba
Relator